

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR JOSÉ PERES DA SILVA, AGENTE DE LICITAÇÃO –
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO**

Procedimento Licitatório Presencial nº 036/2022

CONSTRUTORA CFO LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 19.862.375/0001-99, com sede na Rua Araci Vaz Callado, nº 1201, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-750 (Doc. 01 – Contrato Social), portadora do endereço eletrônico marcio@cfo.eng.br, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar pedido de **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em epígrafe, nos termos dos parágrafos do § 1º do artigo 87 da Lei Federal nº 13.303/16 e do item 11 do instrumento convocatório, de modo a que sejam revistas as seguintes exigências contidas no edital, com alicerce nas razões fáticas, técnicas e de direito que passa a expor.

1. A presente impugnação questiona três dispositivos do edital - que, ao nosso olhar, não se enquadram satisfatoriamente ao regime jurídico incidente sobre a contratação.

2. O primeiro item impugnado é o **3.5.2, “b”, do edital**, que estabelece o seguinte:

3.5.2. As empresas Consorciadas deverão atender ao **ITEM 8 (Documentos de Habilitação)** da seguinte forma: [...] b) Para efeito do **ITEM 8.3 (Qualificação Econômico-Financeira)** deverá ser atendido de forma isolada para cada consorciado.

3. Como se vê, o dispositivo estabelece que as empresas consorciadas devem, individualmente, atender os requisitos para qualificação econômico-financeira previstos no edital. No entanto, veja-se que tal dispositivo colide frontalmente com o que preveem o artigo 33, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e, em específico, o artigo 82, III, do Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Estatais de Santa Catarina, abaixo descrito:

Art. 82. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas: [...] III - apresentação dos documentos exigidos no Art. 76 e seguintes por parte de cada consorciada, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada uma e, **para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores na proporção de sua respectiva participação, podendo a EE estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para o licitante individual**, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte assim definidas em lei;

4. Desse modo, considerando que a sistemática prevista no edital desatende frontalmente o que dispõe a legislação de regência quanto ao modo de comprovação da qualificação econômico-financeira (estabelece que as consorciadas devem comprovar individualmente os requisitos, enquanto a legislação estabelece que a comprovação deve ser proporcional à participação no consórcio), o dispositivo deve ser modificado.

5. Um segundo dispositivo que merece ser impugnado é o **7.3 do edital**, que estabelece o seguinte:

7.3. Será disputado o valor total ofertado e a licitante arrematante deverá adequar os itens unitários após a disputa. A proponente deverá demonstrar as taxas de seu BDI das Obras Cíveis, Materiais e Equipamentos e o percentual utilizado para Leis Sociais na elaboração da sua proposta, em conformidade com os ITENS constantes do Quadro Abaixo (Demonstrativo de BDI e Leis Sociais).

TAXA	CASAN	LICITANTE
BDI Obras Cíveis	25,11%	
BDI Materiais Hidráulicos e Equipamentos	15,76%	
LEIS SOCIAIS	149,97%	

6. O problema aqui é que o percentual de BDI estabelecido pela CASAN relativo ao BDI Materiais Hidráulicos e Equipamentos (15,76%) não leva em consideração os custos tributários que a futura contratada terá com o necessário recolhimento do ISS junto ao Município de São José, o que torna o percentual incompatível com a realidade. Soma-se o fato que o contrato a ser firmado entre as partes trata de “execução de obras cíveis com

fornecimento de materiais e equipamentos” e que a orientação contratual prevista é de que o recolhimento do ISSQN seja feito na totalidade do faturamento a ser efetuado pela CONTRATADA.

7. O Anexo Único da Instrução Normativa nº 1/2021, emitida pela Secretaria Municipal da Receita do Município de São José, estabelece que incide ISS sobre os referidos serviços, o que não foi considerado na definição do referido percentual. Assim, entende-se que o edital deve ser modificado, para que o percentual de BDI relativo ao fornecimento de materiais e equipamento seja corrigido.

8. O BDI de 15,76% apresentado no edital somente seria passível de aplicação no caso de emissão de notas fiscais exclusivas de fornecimento de materiais ou equipamentos, o que não é o caso.

9. Por fim, entende-se, ainda, que o edital deve ser modificado quanto a um dos requisitos estabelecido na **tabela a que se refere o item 8.4.2.1**, que estabelece que as participantes deverão apresentar “Atestado de Qualificação Técnica Operacional emitido por pessoa jurídica, acompanhado com a Certidão de Acervo Técnico com Registro de Atestado (CAT “COM REGISTRO DE ATESTADO”), devidamente registrado na entidade profissional competente, que comprove que a licitante já executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior” a 24.221m de “Estaca Hélice Contínua diâmetro40”.

10. O ponto questionado aqui é que, conforme é cediço, as parcelas mais relevantes do serviço devem ser estabelecidas levando em consideração aspectos técnicos essenciais à verificação da capacidade das licitantes em bem executar os serviços. No que se refere ao serviço de Estaca de Hélice Contínua, a complexidade técnica para a sua execução não está relacionada com o seu diâmetro. Tecnicamente, é pouco relevante para a complexidade da atividade o diâmetro ser de 40 cm, ou maior/menor. Sendo esse o caso, a informação quanto ao diâmetro deve ser suprimida da exigência.

11. Ademais, é preciso salientar que a exigência de comprovação de experiência técnica do serviço de estacas é questionável, tendo em vista que se trata de uma qualificação específica e que é executada por empresas cuja finalidade é única para esta

atividade. O próprio edital estabelece, no item 13.6.7.2, que, uma das atividades que poderá ser subcontratada, é a “Perfuração Para Estacas Tipo Hélice Contínua Monitorada”. Desta forma, a comprovação de experiências anteriores por parte das participantes do processo licitatório torna-se desnecessária, pois o serviço será subcontratado e executado por empresa cuja especialidade é a execução da fundação por estacas hélice contínua.

III – PEDIDOS

12. Diante do exposto, requer-se o processamento da presente Impugnação ao Edital, e, após a análise da Comissão, o seu acolhimento, sendo realizadas as adequações apontadas e, nos termos do item 6.5 do edital, definida e publicada nova data para a apresentação dos documentos e realização do certame.

Nestes termos, requer deferimento.

Florianópolis/SC, 28 de abril de 2022.

MÁRCIO FRANK SILVA DE OLIVEIRA

Construtora CFO Ltda.

Engenheiro Civil e Sócio Administrador

Rol de documentos:

Doc. 1: Contrato Social.

.